

O falso império

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 08.11.04

Muitos foram os derrotados nas eleições presidenciais americanas -os que querem um mundo com menos guerra, menos terror e menos medo; os que resistem a todos os fundamentalismos; os pobres nos Estados Unidos; a própria economia americana, que bate todos os recordes de déficit público e déficit em conta corrente e vê o dólar enfraquecer-se-, mas os dois candidatos diferiam pouco na sua forma de ver o mundo, porque o vêem de uma perspectiva imperial.

Esta Folha tem chamado os Estados Unidos de Império, reproduzindo tendência que vem se tornando cada vez mais generalizada depois da invasão do Iraque, inclusive naquele país. É um equívoco. No mundo da democracia e do sistema global, não há mais espaço para impérios. Os Estados Unidos são a única grande potência desse sistema, e cada vez se pensam mais como um império, mas são um falso império.

A falta de fundamento para o império militar americano ficou patente ante as conseqüências da invasão do Iraque. Fossem os Estados Unidos um império, sua ocupação de Bagdá teria implicado seu fortalecimento, mas o que estamos vendo todos os dias é o quanto a invasão foi desastrosa. Não apenas pela resistência armada que continua a existir no Iraque e pelo agravamento do terrorismo árabe. Também porque o grande acordo atlântico sob a égide dos EUA, que caracterizou o mundo desde a Segunda Guerra Mundial, foi por terra. E porque o grande país, reprovado pelas demais nações e pela sociedade civil mundial, é hoje politicamente mais fraco do que era antes da aventura militar em que se meteu.

Em termos econômicos, os EUA aproximam-se mais da condição imperial. Mas as limitações que seu poder sofre nessa área são também grandes. Já que não podem enviar os "mariners" aos países competidores, devem contar com a dependência financeira dos países periféricos e com o medo e a submissão das elites locais. Quando essa submissão não se concretiza, como acontece com os países dinâmicos da Ásia, nada podem fazer.

O imperialismo econômico americano é hoje exercido principalmente por meio dos "conselhos" que ministra via suas agências internacionais. A renovação de seus empréstimos é acompanhada por condicionalidades -as reformas institucionais e as políticas econômicas impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional- que, embora bem-intencionadas, com frequência desorganizam a economia dos países em desenvolvimento.

Todo o processo começa pela "estratégia de crescimento com poupança externa e a

abertura da conta capital" que fragiliza esses países. Por isso, passadas as eleições americanas, é preciso que países de desenvolvimento médio, como o Brasil, que são vistos pelos Estados Unidos e, mais amplamente, pelo Norte desenvolvido como adversários comerciais perigosos, dada sua mão-de-obra barata, se preparem para resistir a eles e fazerem sua própria política.

Os países dinâmicos da Ásia têm sabido resistir com grande competência a esse tipo de imperialismo, a essa prática de "chutar a escada" para impedir que os que vêm atrás também se desenvolvam. Os países latino-americanos, porém, amedrontados diante da potência americana, tendem a baixar a cabeça e se submeter, supondo que não há alternativa. Esse é o grande equívoco latino-americano, responsável principal pela quase estagnação econômica que assola a região desde 1980.

O Brasil, por meio do seu Ministério das Relações Exteriores, vem desenvolvendo uma política ativa de organização dos países em desenvolvimento para resistir ao imperialismo econômico. Com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, vem se opondo com firmeza às tentativas do Norte de, em nome de acordos comerciais, reduzir a nossa capacidade interna de fazer política econômica, que já foi reduzida na Rodada Uruguai da OMC. No plano da política macroeconômica, entretanto, o governo continua submetido à política do FMI de taxa de câmbio apreciada e taxas de juros básicas elevadas, não se dando conta de que é dessa maneira que o Norte nos mantém dependentes e paralisados.

Essa face dupla do governo é inconsistente. Se os EUA, e mais amplamente o Norte, defendem seus interesses comerciais com unhas e dentes contra os nossos interesses, não há razão para acreditar que não façam o mesmo quando se trata de política financeira ou macroeconômica. Se negociamos a parte comercial, deveríamos negociar também a parte financeira, em vez de convivermos com o faz-de-conta de que na área financeira os países ricos agem de forma desinteressada.

É claro que a capacidade de resistência do governo depende da capacidade correspondente da sociedade. É por isso que o governo, na área comercial, apoiado pelos empresários industriais e agrícolas, revela-se mais capaz de defender os interesses do Brasil. Já na área financeira, o setor financeiro e os rentistas que ele representa só pensam no curtíssimo prazo e, assim, defendem a política de juros do Banco Central e do FMI como se fosse sua própria política. E o governo, sem apoio interno na área diretamente interessada, se amedronta.

Desta vez o vencedor nas eleições americanas logrou uma maioria clara. Venceu em nome de valores morais conservadores e fundamentalistas. Seu mandato é indiscutível, mas reeleger um presidente que causou tantos prejuízos ao próprio país foi mais um sinal da fraqueza. Mais uma vez vimos um gigante confuso e dividido internamente. E, se já não há mais espaço para impérios militares, o espaço para os impérios

econômicos também está com seus dias contados. A Ásia compreendeu isso muito bem. Falta que nós, brasileiros e latino-americanos, também o compreendamos.